



# MÉTODOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:

## estudos, reflexões e perspectivas

**Marcos Pereira dos Santos**  
(Organizador)

# 2

## **Direção Editorial**

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

## **Organizador**

Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos

## **Capa**

AYA Editora

## **Revisão**

Os Autores

## **Executiva de Negócios**

Ana Lucia Ribeiro Soares

## **Produção Editorial**

AYA Editora

## **Imagens de Capa**

br.freepik.com

## **Área do Conhecimento**

Ciências Humanas

# **Conselho Editorial**

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza  
Centro Universitário Santa Amélia  
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Dr. Carlos López Noriega  
Universidade São Judas Tadeu e Lab.  
Biomecatrônica - Poli - USP  
Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva  
Centro Universitário FACEX  
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig  
Universidade Federal do Paraná  
Prof.º Dr. Gilberto Zammar  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso  
Universidade de Santa Cruz do Sul  
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.º Me. Jorge Soistak  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Me. José Henrique de Goes  
Centro Universitário Santa Amélia  
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim  
Faculdade Sagrada Família e Centro de  
Ensino Superior dos Campos Gerais  
Prof.ª Ma. Lucimara Glap  
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues  
Universidade Norte do Paraná  
Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos  
Faculdade Rachel de Queiroz  
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda  
Centro Universitário Santa Amélia  
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira  
Instituto Federal do Acre  
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail  
Centro de Ensino Superior dos Campos  
Gerais  
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares  
Universidade Federal do Piauí  
Prof.ª Ma. Sílvia Apª Medeiros Rodrigues  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda  
Santos  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues  
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

M9399 Métodos e práticas pedagógicas: estudos, reflexões e perspectivas 2. / Marcos Pereira dos Santos (org.). -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 300 p. – ISBN: 978-65-88580-67-7

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.47573/aya.88580.2.42

1. Educação. 2. Educação especial - Legislação. 3. Educação física (Ensino fundamental). 4. Ensino médio. 5. Meritocracia. 6. Minorias - Educação – Brasil. 6. Educação de jovens e adultos. 7. Tecnologia educacional. 8. História da educação. 9. Inclusão escolar I. Santos, Marcos Pereira. II. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de  
Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557  
Ponta Grossa - Paraná - Brasil  
84.071-150

# Inclusão x exclusão: a problemática do uso dos conceitos

---

**Ivanildo Sachinski**

*Professor Colaborador do Colegiado de Pedagogia UNESPAR/União da Vitória.  
Mestre em Educação da UFSC*

# Resumo

---

O conceito de inclusão tem adquirido certas ambiguidades na contemporaneidade, principalmente quando esta terminologia admite ser a solução mágica para os problemas de exclusão do deficiente e todos os outros seres da sociedade capitalista que são deixados de lado e por si são expropriados do direito de pertencer a uma sociedade. O grande volume discursivo se avolumou a nível mundial com as Declarações de Jomtien na Tailândia e Salamanca na Espanha, entretanto no Brasil essa problemática focou excessivamente o ser deficiente e alojado nas escolas especiais, esquecendo os demais. Este trabalho apresenta uma análise dessas ambiguidades e imprecisões das terminologias constituídas a partir do contexto dos anos de 1990 como inclusão e exclusão e seus impactos dentro da sociedade contemporânea e seus posicionamentos perante autores que o abordam de forma crítica. Entendemos que discutir a atual conceituação a partir das propostas elencadas na década de 1990 permite expandir os horizontes para elementos mais abrangentes que os com deficiência, pensar de forma a expor as contradições desse tema é pertinente para que superemos as formas simplificadas de construir a política e suas prerrogativas.

**Palavras-chave:** inclusão. exclusão. capitalismo.

## INTRODUÇÃO

As discussões de políticas públicas no Brasil na primeira década do século XXI tiveram um aumento da utilização de conceitos construídos ou que tiveram seu uso incentivados principalmente nos anos 90 do século XX. Termos como igualdade para todos, educação para todos, inclusão foram apropriados de tal forma que passaram a ser objetivo de quase todos os programas de educação nacional, e passaram a justificar inúmeras ações nas escolas. Procuramos apresentar uma análise baseada em alguns problemas da utilização dos termos inclusão e exclusão e seus impactos dentro da sociedade contemporânea.

## EXCLUSÃO E INCLUSÃO: DA CONSTRUÇÃO AO USO PRÁTICO

Pensando o conceito de exclusão primeiramente, Oliveira (2004) apresenta seu uso diante de sua constituição histórica, expondo sua utilização em determinados contextos sociais, que objetivam explicitar seu alcance teórico e desvelar seu uso conceitual. De imediato o autor apresenta a problemática de o conceito possuir abordagens conflitantes, mas não divergentes, apenas com problemas relacionados à falta de tratamento com as questões que apresenta. A primeira chamada para o autor é a necessidade de perceber o que é um conceito: algo definido, preciso, discriminado, que necessita possuir uma correspondência com a base material, não como vocábulo, mas como um termo que toma a forma de categoria, que se dá no plano do real. Esse procedimento torna-se ainda mais importante principalmente numa sociedade que tem por prática renomear as coisas sem buscar seu real significado, como explicita no excerto:

Desde que o uso da exclusão começou a se difundir e principalmente agora, quando chegamos a uma situação em que o termo “é empregado por quase todo o mundo para designar quase todo o mundo, reveste-se de imprecisão e carece de rigor conceitual”. (OLIVEIRA, 2004, p. 160)

Para demonstrar mais claramente os problemas da utilização de inclusão e exclusão como categorias explicativas, Oliveira (2004) trabalha com três momentos distintos de seu uso e do agrupamento de estudiosos que os fundamentam. Num primeiro grupo situa o aparecimento da exclusão junto aos franceses, analisados por autores como Jacques Donzelot e François-Xavier Merrien. Nesse contexto o termo exclusão aparece como responsabilidade social, procurando amenizar os impactos da Revolução Francesa e das revoltas de massa que a sucederam. Para Oliveira, (2004) os autores referem-se a um novo grupo social, aos esquecidos do progresso, (doentes mentais, deficientes, anciãos) que durante todo o processo industrial vão ficar de fora daquele modelo industrial, por não poderem contribuir com o sistema capitalista por não se constituírem como mão de obra especializada, como afirma:

Ainda os que chegam ao mercado de trabalho sem a bagagem escolar indispensável em tempos de rarefação do emprego ou os que, em virtude de handicaps físicos, são impossibilitados de alcançar as performances requeridas, enfim, todos os que acumulam tais desvantagens e que foram designados como “os novos pobres” tiveram que ser postos à parte. (OLIVEIRA, 2004, p. 162)

No segundo grupo apresentado destaca-se a presença dos autores brasileiros como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Lúcio Kowarick, Alba Zaluar, Hélio Jaguaribe e

Cristovam Buarque que mesmo antes do termo excluído estar evidente no cenário político já o apontavam. Oliveira (2004) assinala que Gilberto Duppas associa o surgimento das discussões sobre exclusão social à conjuntura internacional, em que se evidencia o contexto da globalização e a alteração do papel do Estado.

Num terceiro grupo, Oliveira (2004) apresenta as discussões do autor Ferraro, que secundariza o aparecimento do termo, afirmando que os fatos novos são a frequência do termo exclusão e sua ambiguidade de conteúdo. Procurando explicações afirmam que este termo já podia ser observado na obra de Marx nas áreas do trabalho e do poder. Importante destacarmos que entendemos que Marx não se utiliza termo “exclusão” e sim “expropriação” e “exploração”.

Shiroma (2001) apresenta as ideias de Ruth Levitas que identifica três “tipos ideais” de discursos associados com exclusão e inclusão social: o redistribucionista, o integracionista e o da “subclasse”. O redistribucionista preocupa-se com a pobreza e propõe sua redução por meio de redistribuição da riqueza. Criticando as desigualdades contrapõe a exclusão a uma visão de cidadania. O integracionista atribui a exclusão principalmente ao desemprego e, por conseguinte, vê a inclusão como encaminhamento de pessoas ao trabalho pago. Aqueles da “subclasse” centram-se nos aspectos da moral e do comportamento dos excluídos, alegando haver “deficiências” em sua cultura. Nesta visão, a inclusão social depende de mudanças culturais nos valores, na ética.

Ainda nessa análise é possível identificar a tentativa por vários programas de projetar uma possibilidade de igualdade entre os chamados excluídos e os incluídos. Para a autora a ideia de todos incluídos na comunidade global, sujeitos aos mesmos riscos, cria uma situação de igualdade simbólica que impõe, a todos, a mesma responsabilidade e compromisso moral de combater a pobreza e a exclusão social.

A diversidade de visões e de tentativas de caracterização da exclusão ressalta um elemento importante que devemos analisar, a sua função social de motivador de ações, muito mais do que expoente diagnóstico da sociedade em busca de soluções, daí talvez sua ambiguidade, bem como seu correspondente, inclusão.

Na análise de Oliveira (2004) este afirma que a utilização do termo inclusão nas décadas de 70 e 80 era ligado diretamente ao mercado e que de tal forma se popularizou e se difundiu amplamente que se tornou impreciso.

A dificuldade conceitual nem sempre é assumida assim com tanta clareza. Há aqueles que chegam mesmo a admitir a utilização do termo exclusão social unicamente como substituto pouco refletido de outros conceitos já mais solidificados na tradição. (OLIVEIRA, 2004, p. 164)

O autor constata que no plano das políticas compensatórias a produção conceitual sobre inclusão não se tornou algo importante, pois ficou fora das discussões diretas, mas não está fora das relações estabelecidas em suas diversas formas de aplicação, principalmente porque o termo exclusão usado sozinho rompe com a ideia de relação. As discussões de Shiroma (2001) abre possibilidade de analisarmos aquilo que Leher (2009) aponta como genocídio intelectual.

Essa visão de Leher (2009) pode ser percebida quando ele aponta que as relações sociais que estão chegando na escola direcionam para uma perspectiva de todos terem educação, retomando concepções que vinham sendo utilizadas e haviam ficado fora do contexto por um

tempo. A Constituição de 1988 acenava para um contrato social, pois já no início da década de 90 começa-se a discutir uma reforma de estado que não é aquela da constituição. A uma tentativa de implementação de conceitos e propostas internacionais que ganham espaço no território nacional, seja com o documento de Jomtien (1990) ou com Salamanca (1994).

Essas constituições de medidas internacionais e suas implicações para o cenário nacional podem ser percebidas nos estudos de Roger Dale (2004), principalmente quando este analisa as propostas da chamada agenda globalmente estruturada e ressalta que o Estado enquanto membro participante de uma dinâmica política maior passa a se aliar e a buscar novas formas de sobreviver, sendo direcionado para um caminho pelos objetivos e perspectivas internacionais. Sendo assim, passa a ser membro participante destas dinâmicas, quais podemos identificar em diversos processos de nossa história educacional, impactando decisivamente nas ações ligadas à educação, e em nosso espaço de atuação como na educação especial. Principalmente nas relações de acesso aos ambientes educacionais dos alunos com deficiência, como percebemos em documentos a LDB 9394/96 e outras ligadas diretamente à educação especial, como a Lei 10.098/94 que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; o Decreto número 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispôs sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. O que permanece é a ideia de continuidade desse processo.

Em política de educação especial essa lógica está muito presente, quando a legislação não vem para romper com a ideia de integração, mas sim com a segregação, onde não se admite a exclusão. Precisamos analisar a utilização equivocada ou imprecisa dos termos, o texto de Oliveira (2004) leva a uma constatação importante, a falta de definições permite que a análise fique na aparência, e que quanto mais ficamos apenas na análise no fenômeno mais distante estamos da essência, daquilo que realmente se estrutura por de trás desses aspectos. Oliveira chama atenção que trabalhar com a temática de exclusão não se constitui uma negação imediata,

que apenas reafirma a afirmação pois, em termos práticos, a inclusão do excluído é sua integração à lógica do princípio sintético, à lógica do capital. Em suma, é a negação da negação que precisa ser construída, como alternativa teórico-prática capaz de compreender e superar a exclusão e a inclusão (OLIVEIRA, 2004, p. 179)

Quando os documentos tratam inclusão como oposição à exclusão afirmam que está política inclusiva possibilitará a superação da lógica da exclusão, expressando parte de um projeto de educação e sociedade que busca manter a organização social capitalista, obscurecendo as relações de classe, levando à ineficiência da lei. Shiroma et al (2005) em estudo comparativo das publicações de documentos nacionais e internacionais afirmam que “a literatura derivada das pesquisas comparativas aponta uma tendência crescente à homogeneização das políticas educacionais em nível mundial” (SHIROMA et al 2005, p. 428). Entendemos que essa tendência toma corpo nas relações ligadas à educação especial, sem uma diferenciação do que é educação especial, educação inclusiva e inclusão.

Garcia (2009) discutindo as políticas públicas de educação especial afiança, que tem acontecido um fracionamento das análises referentes ao conceito, principalmente sobre as lutas



sociais.

Tal estratégia estabelece uma mediação no sentido de pensar, de maneira isolada, cada um dos grupos focalizados pelas políticas públicas, fazendo parecer que cada sujeito constitui apenas uma categoria social, ou seja, o negro não é deficiente, o deficiente não é mulher, a mulher não é idosa, e assim sucessivamente. (Garcia 2004, p. 1)

A sociedade em suas relações econômicas e políticas de condições diversificadas gera o que consideramos como mundos paralelos, criam-se ideias e conceitos de que todos são iguais e por isso tem as mesmas oportunidades, e se desejar consegue ter um lugar, sendo também único responsável pelo fracasso. Existe em outro extremo, aqueles que não se enquadram, que são deixadas as margens dessa sociedade, mas que ao mesmo tempo se constituem como um problema, principalmente por terem um espaço, ocuparem um lugar físico e ideológico. Assim existe um negro que além da cor de sua pele pode ser deficiente, uma mulher que apesar de seu sexo pode ser deficiente e um idoso que seja deficiente quando necessitar que estes sejam relocados dentro de suas estruturas organizativas, de tal modo que seja necessário um processo de inclusão. Essas categorizações obrigam alguns grupos a sentirem a necessidade de serem reagrupado, tirado de sua condição de via marginal. Essa análise pode ser percebida quando Popkewitz & Lindblad (2000), quando estes afirmam que a conjunção da política e da pesquisa rumo ao que a literatura chama de 'inclusão' acaba produzindo, de modo irônico, certas categorias de exclusão junto às de inclusão

As estatísticas intervêm nos processos de governo, uma vez que os números moldam nossa maneira de 'ver' as possibilidades de ação, de inovação e até nossa 'visão' de nós mesmos. São produtos de interesses sociais, políticos e econômicos, sensíveis às decisões metodológicas de organizações complexas com verbas limitadas. (POPKEWITZ & LINDBLAD, 2000, p.117)

Garcia (2009) afiança que os termos muitas vezes usados em educação especial têm origem em outros momentos históricos e que são retomados em um novo contexto tornando-se necessário perceber o caráter de sua apropriação.

Este é o caso de "inclusão", que recebeu tratamento de conceito originado na contemporaneidade, embora tenha sido profundamente discutido na análise realizada pelo sociólogo estadunidense Talcott Parsons (1902-1979), em especial nas obras em que aborda o sistema social e sua estrutura (1996; 1969; 1977). Numa compreensão funcionalista, a inclusão é captada como uma das etapas da "estrutura do sistema social". (GARCIA, 2004, p. 8)

A apropriação e utilização generalizada da inclusão como solução das desigualdades e do que se vê como exclusão encontra um campo fértil na sociedade capitalista atual, principalmente pelo seu caráter unificador, e até mesmo reorganizador da sociedade. Historicamente, os sujeitos que se distanciavam do padrão estabelecido pela maioria da população recebiam tratamento diferenciado, entre eles os deficientes. Atualmente a sociedade continua a ter a preocupação com esses grupos, eles continuam a margem, mas o sistema se modifica num sentido de expressar sua pseudopreocupação, bastante presente na sistematização de medidas focalizadas, que na prática não geram significativamente mudança nas relações com os demais ambientes ou com as próprias relações sociais.

Leher (2009) em sua análise a respeito das políticas focais ressalta que elas não geram

mudanças significativas, principalmente por serem limitadas. Mas ao mesmo tempo o objetivo da inclusão exige a ampliação dessas ações, sendo necessário atender meninas, negros, menores infratores e diversas combinações específicas entre esses atributos, conformando toda sorte de subgrupos, sendo cada vez mais difundido por um eficiente discurso de órgãos como Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e mais uma série de Organizações não Governamentais (ONGs). Para Leher (2009) as contradições fundamentais existentes dentro do contexto capitalista vão se tornando inertes por um processo de esvaecimento, e que a torna objeto de ressignificação para uma estrutura que direciona para o consenso.

Para Leher (2009) as atuais políticas de inclusão são trabalhadas partindo de um pressuposto que a exploração no mundo do trabalho não é algo significativo para o estabelecimento dessas condições, ficando numa margem lateral frente a outras variáveis-chaves, como a educação, a formação profissional, o transporte e a alimentação.

A exclusão escolar e profissional para Bueno (2008) passou a ser uma perspectiva política inquestionável dentro da ótica das políticas neoconservadoras. Portanto, perfeitamente compatíveis com a perspectiva política, da educação inclusiva, porque sempre haverá a quem incluir na escola, já que ela não será para todos, e da mesma forma, da sociedade inclusiva, porque a inclusão social ocasionada pela única possibilidade para a maior parte da população – o trabalho – também será para todos.

Com as discussões realizadas por Bueno (1997), percebemos um fenômeno bastante presente nesses novos discursos e nessa tentativa constante de recharacterizar o velho discurso. Uma forma de amenizar o problema discursivo é direcioná-lo para que não esteja ligado aos principais pontos de dificuldade dos deficientes, mas aos impactos de suas denominações, ou estigmas, continuando com as mesmas atitudes práticas. Podemos perceber com destaque na legislação brasileira em que cada uma trabalha com sua denominação própria, como deficiente, pessoas com necessidades educacionais especiais, portadores necessidades educacionais especiais, excepcionais e mais uma série de denominações que fazem com que não sejam definidos onde se aplicam e nem a quem se aplica. Concordamos que essa babel de nomenclaturas serve para gerar uma ação de inaplicabilidade de ações, não como algo involuntário, mas sim como algo pensado para não gerar problemas, no sentido de que as discussões ficam em torno de quem se enquadra em cada termo e não em sua aplicabilidade ou objetivos a que se propõe tal legislação.

Essa discussão a respeito da inclusão e exclusão ganhou tanto campo que Bueno (2008, p. 43) afirma que a inclusão escolar surge como a “nova missão da escola” e que qualquer questionamento a respeito é encarado como heresia, no sentido de não haver realmente questionamento, alimentando o que chama de hegemonia discursiva.

Essa hegemonia discursiva materializa-se na sociedade capitalista a partir do momento que se criam conceitos e termos que com seu constante uso e suas aplicações para diferentes formas e diferentes contextos o conduz para uma ambiguidade a partir do momento que passa a indicar uma série de coisas, determinar aspectos diferentes com o mesmo termo. Essa utilização e a inserção desses termos vão sendo utilizados de forma que passam a não ser questionados, ou trazem em suas definições sentidos que não abrem possibilidade para questionamento, pois estabelece-se uma visão maniqueísta, ou se é a favor da inclusão ou é a favor da exclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade do século XXI esteve desde seu início inundada de tentativas que procuravam uniformizar ou democratizá-la, isso quando pensamos em uma sociedade capitalista é perfeitamente perceptível a necessidade de se criar uma pseudo colocação do ser nesse meio, mesmo que ela não seja efetiva, pois a necessidade de se direcionarem ações de cunho assistencialistas, em políticas focalizadas proporciona o que chamam de inclusão, isso no campo social, no campo digital ou no educacional.

A tematização de inclusão como tema de todas as ações que procuram amenizar o impacto social do capitalismo pode ser percebido nos discursos governamentais e nas teorizações legitimadoras do discurso. O impacto marcante disso está diretamente ligado a indissolubilidade e negativa da contradição nesses assuntos, levando os a serem utilizados de tal forma que não se pode questionar sua utilização e as ações que procura, senão é contra o direito de participação, a democracia ou a até a liberdade.

Percebemos a problemática do estabelecimento de relações entre o conceito, aquela categoria explicativa da realidade e o termo que podemos chamar de generalizantes, podendo explicar várias realidades, ser conceituado de diferentes formas e no fim não exprimir nenhuma relação explicativa dentro de uma contradição, trabalhando para uma estrutura muito mais homogeneia, sem questionamentos. As relações de contradição devem ser explicitadas, desencadeadas, devem ser discutidas, pois somente assim poderemos exprimir aquilo que entendemos como contradição, com origem não no consenso, mas no conflito.

## REFERÊNCIAS

BUENO, José Geraldo Silveira. Práticas institucionais e exclusão social da pessoa deficiente. In: MACHADO, A. M. (et al.) Educação especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Regional de Psicologia, 1997.

BUENO, J.G.S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J.G.S. (orgs.) Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara/SP: Junqueira&Marin, Brasília/DF: CAPES, 2008.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.25, n.87, p.423-460, maio/ago. 2004.

GARCIA, R. M. C. Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil In: 27 Reunião Anual da ANPEd, Caxambu/MG. Anais 27 Reunião Anual da ANPEd. Caxambu - MG, 2004.

LEHER, R. Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional? In: MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P.; MILLER, S. (Orgs). Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica. p. 223-251. 2009.

OLIVEIRA, A. da R. Sobre o alcance teórico do conceito exclusão. Civitas. In: Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre, v.4, n.1, jan-jun. 2004

POPKWETZ, T.; LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão/exclusões sociais. *Educação e Sociedade*. V.22, n.75, ago, Campinas, SP, p. 111-148. 2001.

SHIROMA, E.O. A outra face da inclusão. *TEIAS: Revista da Faculdade de Educação*. N. 3. Rio de Janeiro: UERJ, p. 29-37. 2001.

SHIROMA, E. O; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Florianópolis: Perspectiva*, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em 14 de jul. 2012.

